

## UEM mantém posição contrária à Lei Geral das Universidades

10/12/2021



A comunidade acadêmica da Universidade Estadual de Maringá (UEM) reuniu-se ontem (9) para discutir sobre o [projeto de lei de autoria do governo estadual que prevê a Lei Geral das Universidades \(LGU\)](#). A reunião foi suspensa perto das 13h e o reitor, Julio César Damasceno, em conjunto com os presentes, estipulou estado de vigília, e determinou que na segunda-feira (13) a reunião seja retomada para uma deliberação formal.

Conforme [decisão do Conselho Universitário \(COU\) tomada há dois anos](#), a UEM é sumariamente contrária à LGU – o projeto de lei (PL) 728/21. Atualmente, a gestão da universidade avalia os impactos em âmbito orçamentário, de recursos humanos e de organização didático-pedagógica caso o projeto de lei venha a ser aprovado pela Alep. Embora a primeira minuta da LGU tenha sido apresentada aos reitores das universidades estaduais do Paraná pela primeira vez em 3 de junho de 2019, não havia tramitado na Casa de Leis até o momento.

No início do mês, o governador do Paraná, Carlos Massa Ratinho Junior, encaminhou em regime de urgência à Alep, o atual PL 728/21.

A Universidade enfatiza que **"ao longo destes dois anos, a posição da universidade é a mesma: de que a LGU ameaça a autonomia universitária ao estipular parâmetros para padronizar as administrações didático-científica, patrimonial, de gestão financeira e de pessoal das universidades estaduais"**.



Ricardo Dias Silva, vice-reitor da UEM e vice-presidente do COU, informa que a instituição enviou, anteriormente, uma [contraproposta](#) à LGU ao governo do estado, não acatada. Ressalta que a gestão da universidade tem se preocupado em debater, com transparência e democraticamente, o assunto

*preocupado em debater, com transparência e democraticamente, o assunto com todos os seus envolvidos – servidores, alunos e sociedade.*

ASC

